



# EletoRevista

Revista Científica e Tecnológica

**Institutional Business Consultoria Internacional**

**ISSN Nº: 1983-2168**

Professor Istvan Kasznar PhD.  
Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas, na EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas;  
Professor – Conferencista do IBMEC; PUC – Pontifícia Universidade Católica e UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Economista – Chefe da ACREFI  
CEO da IBCI – Institutional Business Consultoria Internacional.  
Conselheiro Econômico do Instituto Dannemann Siemsen da Propriedade Industrial – IDS.

[istvan@fqv.br](mailto:istvan@fqv.br) - [istvan@acrefi.org.br](mailto:istvan@acrefi.org.br) - [istvan@ibci.com.br](mailto:istvan@ibci.com.br)

---

## **A POLÍTICA SÓCIO-ECONÔMICA E O PNAD.**

### **Introdução**

Conhecer o perfil e os traços gerais que caracterizam uma população é importante. Mediante pesquisas apropriadas, desenvolvidas por entidades governamentais, espera-se conhecer melhor os hábitos, as preferências, os gostos, os padrões de consumo e inúmeras temáticas congêneres, com vistas ao estabelecimento adequado de políticas públicas.

O PNAD, publicado regularmente pelo IBGE, mais conhecido como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, corresponde a um significativo esforço em compreender-se a realidade da vida dos brasileiros, mediante o recenseamento amostral dos locais em que eles moram e habitam; sua renda; os gastos que fazem; e assuntos afins.

Deste modo, é importante saber como evoluem e quais são os hábitos de consumo, investimento, poupança e vida dos brasileiros.

A meta desta análise consiste em sinteticamente verificar o que sucedeu mais recentemente.

## A PNAD de 2.006 e seus principais resultados.

Mudanças sócio-econômicas não de dirigir-se para a melhoria e o bem-estar geral da população. Esta quer e precisa auferir maior renda real, para viver com qualidade e satisfação crescentes.

E muito embora desafios, desequilíbrios e desigualdades não falem ao Brasil, a acreditar-se no retrato numérico que emergiu da mais recente PNAD, elaborado com afinco pelo IBGE, baseado no ano 2.006, mostra-se uma realidade que vai na direção desejável e saudável.

A PNAD ou Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios levanta e investiga dados referentes ao perfil sócio-econômico e profissiográfico dos brasileiros, ao penetrar no mercado de trabalho, na educação, no acesso a serviços públicos domiciliares e na divisão de renda por tipos de bens de consumo, entre outros.

Ampla e extensa, a PNAD de 2.006 pesquisou o perfil e os hábitos de 410.241 pessoas e de 145.547 domicílios. Pela sua dimensão, ela oferece com bastante precisão o quadro das mudanças vividas pelos brasileiros em várias das áreas mais marcantes de suas vidas.

Neste sentido, os dados mostram que o rendimento dos trabalhadores atuantes no mercado formal cresceu 7,2%, a maior alta desde 1.995, alcançando R\$ 888,41, com valorização de 12,1% acima da inflação entre 2.004 e 2.006. Isto é, ocorreu uma firme recuperação do poder de compra do trabalhador.

O trabalho infantil diminuiu, mas está longe de ser um modelo a ser mantido. Em 2.005 trabalhavam 5,4 milhões de crianças entre os 5 e 17 anos. Ano passado, o contingente caiu em 300 mil infantes, para 5,1 milhões. Essas crianças advêm de famílias cujo rendimento médio mensal mal alcança R\$ 280 *per capita*. São trabalhadores precoces, majoritariamente urbanos em 59,1% e 19% não freqüenta a escola.

Ademais, a taxa de desemprego finalmente vergou, descendo de 9,3% para 8,4% da população economicamente ativa – PEA.

Nas escolas, registraram-se mais estudantes, crianças e jovens presentes. Está estabelecida a universalização do ensino. A escolarização inclui 84,6% das crianças de 5 a 6 anos. A taxa de analfabetismo dos maiores de 10 anos caiu de 16,4% em 1.992 para 9,4% em 2.006, conforme mostra o gráfico I. E para crianças entre 10 a 14 anos, a taxa caiu mais ainda, de 12,4% para 2,9%, um avanço e tanto para as novas gerações. Dos 173 milhões de brasileiros acima de 5 anos, 55 milhões eram estudantes.

Nas habitações, ocorreu uma febril invasão de microcomputadores. A informatização dos lares chegou a 22% em 2.006, bem acima de 13% em 2.001.

O suprimento de energia elétrica praticamente atende a todos. Em 2.006, 97,7% das casas eram supridas. Isto significa que o brasileiro tem acesso quase pleno à luz elétrica, à televisão e à geladeira – se puder e se quiser.

O atendimento domiciliar de água subiu para 83,2% dos lares. Contudo, a distribuição regional desse benefício é por demais desigual. Na região Norte, apenas 56,1% dos domicílios são atendidos, contra 54,6% em 2.005, algo bem diferente dos 94,2% da região Sudeste.

A desigualdade econômica retraiu-se de leve. Lentamente. Algo de bem insuficiente para um país que possui há 25 anos seguidos uma das cinco piores distribuições de renda do mundo, segundo o Banco Mundial.

Em compensação, infelizmente evoluíram fracamente as obras que atendem o acesso ao saneamento através da rede de esgotos. Apenas 70,6% dos lares tinham esgoto satisfatório. Ou seja, há ainda 29,4% de lares com esgoto a céu aberto, disseminando doenças e elevando os índices de mortalidade infantil, sobretudo em localidades como zonas favelizadas. Por rede coletora, o acesso é bem menor, 48,5% são os agraciados.

### **Um Balanço: conforme os dados, as melhorias estão ocorrendo.**

As melhorias são evidentes. Contudo há um mundo gigantesco de rendas, produtos e serviços e benefícios sociais por conquistar. As boas notícias são obliteradas e chamuscadas pela magnitude dos avanços exigidos para definir-se o país como efetivamente voltado ao desenvolvimento, à justiça sócio-econômica e ao acerto das inequívocas lambanças que permanecem em seu corpo legislativo, jurídico, burocrático, ético e produtivo.

Sob esta ótica, merece atenção o fato de que o crescimento recente da renda real do brasileiro e de seus gastos, registrado no PIB, espelha a demanda ainda super-reprimida da camada mais pobre da população. A compra se registra em bens essenciais, como alimentos, vestuário, bebida, transporte, aluguéis e medicamentos. E a má distribuição de renda implica num consumo segmentado, diferenciado, por classes de renda, impedindo que o consumo de massa se engrandeça e o varejo comercial – como deveria acontecer – se expanda.

Enquanto na maior potência econômica do mundo, os Estados Unidos da América (EUA), a renda anual média *per capita* disponível chega a US\$ 44.260,00, no Brasil ela alcança os US\$ 8.802,00, ou 19,88%, um quinto do poder de compra americano em 2.006. Vide os quadros II e III, sobre poder de compra e crédito em países selecionados.

Mesmo que os gastos das famílias tenham crescido 6% no primeiro semestre do ano, e a metade desse crescimento tenha vindo da classe C, à qual se acrescentaram 435.000 famílias, a incorporação de mais brasileiros com renda crescente ao parque de consumo se faz fundamental. O Brasil necessitará crescer à taxa de 6% ao ano, em termos reais, durante 20 anos seguidos, para diminuir o abissal hiato que o separa dos países desenvolvidos.

Ademais, é importante perceber que os gargalos e as ineficiências de suprimento de bens e serviços públicos inibem o desenvolvimento. E a oferta de crédito barato e de longo prazo é fundamental para excitar o consumo e assegurar o investimento.

### **Educação: um desafio que necessita de mais investimentos.**

No caso da educação, a PNAD revela que o ensino público retraiu-se em 0,7% em 2.006. Não foi por conta da expansão do ensino privado ou da queda de demanda das famílias, por recuperarem fragilmente sua baixa renda ou a formarem. Indicações mostram que a crise de verbas, a falta de professores e as greves foram danosas nesta área.

Apenas 53,5% dos jovens concluem o ensino fundamental e seu nível de aprendizado é baixo. Portanto, o desafio não é apenas manter a criançada na escola. É

preciso aparelhar as escolas; remunerar melhor os professores; educar os mestres com cursos regulares; doar e instalar computadores com Internet aos professores e nas escolas e universidades; enviar grandes números de excelentes estudantes ao exterior, para graduações, mestrados e doutorados, com o compromisso de também ingressarem como docentes na volta ao país; e atrair os acadêmicos estrangeiros, para criar a interação estratégica do ensino bem globalizado.

Não é suficiente gabar-se com os dados do PNAD, relativos a 2.005, que mostram 97,3% das crianças na pré-escola e no ensino fundamental e médio. A metade dos estudantes não conclui o curso e a péssima qualidade de ensino não gera o aprendizado com conhecimento. O analfabetismo funcional e a ignorância infelizmente crassam.

O fato é que há mais a oferecer aos pupilos de que quatro paredes e professores desmotivados, destreinados e mal pagos. O orçamento público para educação é mal distribuído, administrado e subutilizado. Isto não é de hoje, nem de um governo ou de uma esfera de poder. É um problema assentado e tradicional, afeito à manutenção de grupos no poder, sem interesses em mudar o estamento que criaram. Faltam estratégias racionais, voltadas à efetivação da capacidade de suprimento, aliadas à conscientização das reais demandas da clientela a ser ensinada, num contexto de otimização da governabilidade acadêmica e dos gestores.

E fatores culturais, educacionais, de formação de famílias e sócio-econômicos também definem, constroem ou desmontam a educação. É usual no país fazer pilhéria dos bons estudantes e do ensino superior ser visto como “luxo” ou não prioritário. Enquanto não se prestigiem com vigor a educação de qualidade; os melhores alunos; o ensino especializado e técnico; e o alongamento do prazo de aprendizado, o verdadeiro desenvolvimento será uma miragem e manteremos a caricatura desenvolvimentista.

## **Saneamento.**

No que tange ao saneamento, suas carências aumentam a incidência de doenças e canalizam os recursos públicos ao atendimento da saúde pública e dos farmacêuticos curativos. A verba escoia para atender doentes e some na conta útil da infra-estrutura. Isto é particularmente verdadeiro nas regiões de baixa renda, onde os investimentos minguem, como no populoso Nordeste e no Norte.

O saneamento público necessita de mais verbas, de forma regular e contínua.

A expansão da população em novas zonas urbanas leva a um duplo desafio: expandir a canalização para onde a população se assenta ou está assentada; e renovar com a conveniente manutenção a rede, posto que seu desgaste natural implica em modificação e substituição de peças.

O custo deste investimento em infra-estrutura é elevado e foi postergado entre os anos 1.970 / 2.000.

A necessidade do investimento se faz presente em todo o país, com ênfase particularmente forte no Nordeste; no Norte e no Sudeste do Brasil. Nos dois primeiros locais e macrorregiões, em função da pobreza e da precariedade, aliados ao crescimento populacional e a uma grande população no caso nordestino. No caso do Sudeste, porque embora seja a região mais rica do país, também é a que mais recebe imigrantes de baixa renda e aís cresce no valor absoluto, nominal, de sua população.

## **Crédito, dívida e experiências internacionais.**

Em relação ao mercado de crédito, o atual governo trabalhista fez uma política monetária contencionista exemplar, que controlou e desmontou a inflação; e alinhou na prática a modernização do mercado de crédito, democratizando o acesso do consignado a todos os trabalhadores. Como efeito, a relação Empréstimos / PIB saltou de 32% em 2.000 para 38% em junho de 2.007, um movimento salutar bem balizado na perspectiva de crescente estabilização macroeconômica.

Contudo, o mercado de crédito está minado pela gula do giro da dívida pública, que na relação Dívida Interna / PIB monta a 48%. O Estado criou uma poupança forçada e direcionada a seu favor, deixando um mercado livre de crédito por demais pequeno para a fome de consumo dos brasileiros e de suas famílias.

Nos EUA, na Dinamarca, na Itália e no Japão, entre muitos países, o volume de crédito livre chegou a suplantiar os 65% do PIB em junho de 2.007. Sociedades afluentes usam o crédito como forma de alavancar o consumo e aquecer as suas indústrias.

Eis porque está surgindo com vigor a modalidade do crédito direto de loja, para o financiamento de produtos. Especialmente verifica-se que o consumo das classes de renda C (que auferem na média R\$ 1.050,00) e D (R\$ 560,00) aumentou em 18,93% em 18 meses, até junho deste ano, com o crédito do varejo. As lojas emitem cartões de crédito e fazem parcerias com financeiras, pensando e colaborando com esse público.

O volume de negócios é ótimo, pois os gastos no comércio das classes C e D de renda montarão – estima-se – a R\$ 473 bilhões em 2.007, um pulo de 58,5% em relação a 2.002 e o equivalente a 22,45% do PIB do Brasil.

Estima-se que em dezembro 2.007 os cartões de loja responderão por R\$ 29,6 bilhões em compras de varejo, com 127 milhões de unidades. E o movimento dos cartões se acelerará e agigantará, pois o Brasil entrou na era da informática e da Internet dos incluídos domiciliares, como comprova o PNAD anteriormente detalhado. O cartão expande a capacidade de compra das pessoas e faculta a aquisição de bens cujo preço unitário é mais alto.

A facilidade dada pelo cartão de varejo e as financeiras ao público são deveras dignas de nota. Entre os elementos e vantagens que se destacam com o uso do cartão, mencionem-se: a necessidade de ter apenas uma renda mínima de R\$ 300,00 ao mês, o que já é uma realidade para mais de 81,5% da população; o limite médio dos gastos é aumentado e é de R\$ 175,00 em agosto de 2.007; surge a possibilidade de aumentar o tíquete médio, a dita compra média por cliente, em até quatro vezes, partindo da base de R\$ 8,50; os clientes são melhor fidelizados; aumentam as opções de pagamento; a fatura é feita no setor de crediário da loja, o que convida o consumidor a visitá-la com regularidade; o acompanhamento dos clientes pelos lojistas repete-se mais amiúde e permite conhecer melhor sua situação financeira e novas necessidades; lojas e redes podem oferecer preços promocionais, descontos especiais e taxas de juros menores; e os encargos podem cair, como prêmio ao comprador contumaz.

Enfim, a retomada do crescimento econômico é auspiciosa e necessária. Ela se faz sentir nos lares brasileiros, conforme comprova a PNAD de 2.006. As pessoas traduzem renda maior em mais consumo e maior acesso ao crédito. Aliada a uma fase de

estabilização de preços promove-se a qualidade de vida dos brasileiros. Com esta dinâmica, beneficiam-se todas as classes de renda e eleva-se a motivação para manter-se a rota na busca do desenvolvimento auto-sustentável e tão almejada.

### **Conclusão e perspectivas.**

A se acreditar nas estatísticas relevantes supra mencionadas, o Brasil dirige-se enfim à busca da solução de profundos e graves problemas sócio econômicos, que ao longo de cinco séculos criaram um profundo fosso entre os brasileiros. Riscos e pobres se diferenciaram a tal ponto, que enquanto uns levam uma vida melhor que a média dos habitantes dos países desenvolvidos, os mais pobres residem em condições condenáveis, desumanas e condenadas por órgãos mundiais, como o Banco Mundial e a OMS – Organização Mundial da Saúde.

As projeções anteriores indicam que o país está acertando ao investir no social e nas camadas mais pobres. Estas precisam ser amparadas e resgatadas da pobreza, para que lhes seja oferecida uma chance de subir e melhorar na vida. Resta a saber se o assistencialismo permanente é a melhor via, no que não acreditamos.

Entendemos que o assistencialismo há de ter tempo e momento certo para ser estabelecido, dado e retirado. Caso contrário, cria-se em parte uma sociedade de dependentes, pagos *ad-eternum* pelos contribuintes em geral, que num país que retorna mal e pouco com serviços e bens públicos de baixa qualidade a carga tributária paga, aumenta o dissabor do trato desigual e da injustiça social.

À melhoria social, ademais, há de advir a melhoria econômica, associada a um sistema mais livre de produção e que crie bons empregos, sob bases reais. Inchar o Estado não é uma solução. Empregos podem e devem surgir no Estado, pois a demanda por bens públicos é enorme e ao se expandir a população e a produção, naturalmente há de se expandir o Estado, no suprimento de mais bens e no aparecimento de uma tessitura sócio-econômica mais complexa.

Nem tampouco é solução deixar a livre todo tipo de iniciativa privada, demandando-se tanto a auto-regulação, quanto a regulação de Estado. Isto fica bem claro no setor financeiro nacional e mundial, onde os agentes criam serviços financeiros numa alquimia das finanças que se torna especulativa, logo perigosa ao sistema econômico que a sustenta.

No Brasil, a propriedade imobiliária permanece excessivamente concentrada, e o déficit habitacional alcança 68 milhões de brasileiros, que vivem em condições precárias. No exterior, “resolveu-se” o assunto, com garantias hipotecárias e financiamentos inclusive àqueles tomadores, que não possuem histórico de bom pagamento e mais cedo ou mais tarde, estourarão a bolha de crédito em que se instalaram.

Não é nem de uma, nem de outra forma, que se alcança o bem-estar geral e da sociedade. O Brasil precisa rever seus mecanismos de crédito, para financiar o crescimento e o desenvolvimento, com responsabilidade; revisar seu assistencialismo, que tornou-se clientelismo partidário a favor de quem libera e está no poder; e o exterior há de revisar as hipotecas, pois o risco que elas representam colocará os mercados financeiros e de ativos reais imobiliários em grandes problemas e dilemas de azar moral e financeiro.

---

---

## Resumo.

A análise mostra que existem progressos significativos na vida dos brasileiros, com o aumento de sua renda e de seu índice de emprego, em 2.005, o que se reflete mediante a pesquisa realizada e contida no PNAD – 2.006.

A população de renda mais baixa obteve conquistas recentes, que lhe permitem um mais elevado e melhor bem-estar sócio-econômico.

Em que pesem os progressos, falta muito a conquistar em educação e saneamento, para reforçar uma política de valorização do cidadão em todos os estratos da sociedade.

## Fontes bibliográficas:

ACREFI – Revista Financeiro; números 12 a 47; ISSN 1809-8843

Anuário estatístico do IBGE – anos 1995 – 2006.

Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS.

Dornbush, Rudiger; Stanley, Fisher; Macroeconomia; Mac Graw Hill; 1981.

*Institutional Business* Consultoria Internacional – IBCI – Banco de dados; [www.ibci.com.br](http://www.ibci.com.br).

Revista Conjuntura Econômica; volumes 56 a 59, números 1 a 12; Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento.

Organização Internacional do Trabalho – OIT.

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – Período 1995 / 2008; IBGE.

PNAD – 2.006 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

*World Bank* – Annual Report – 2.005 e 2.006

Sachs, Jeffrey e Larrain, B. Felipe; Macroeconomia; Macroeconomics for Global Economy; MAKRON Books do Brasil Editora; 2.000.

Zerkowski, Ralph Miguel; Fundamentos Metodológicos e Conceituais das Estimativas de Investimento; RBE – Revista Brasileira de Economia; número 31; 1.977.

Fundação Getúlio Vargas – FGV; Revista Conjuntura Econômica; volumes 1 a 54.

Fundação Getúlio Vargas – FGV; Revista de Administração Pública – RAP;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Anuário Estatístico; anos 2000 a 206.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Censo Agropecuário; anos 1950, 1960, 1970, 1980.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Recenseamento Demográfico Geral; anos 1.960; 1970; 1980; 1990/1991; 2000/2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Séries Estatísticas Retrospectivas; anos 1.970; 1.977; 1.987; 1.994; 1.999; 2.004; 2.007.

**Autor: Istvan Karoly Kasznar é PhD. em Business Administration pela Califórnia Coast University – CCU; Mestre em Economia pela Escola de Pós Graduação em Economia da FGV; Técnico em Administração de Empresas Públicas e Privadas pela EBAPE – FGV; Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Especialista em Banking pela Universidade de Berkeley – Califórnia – USA. Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas, na EBAPE. Economista – Chefe da ACREFI; CEO da Institutional Business Consultoria Internacional; Conselheiro do SECIF e do Instituto Dannemann – Siemsen de Propriedade Industrial. Membro – representante do Grupo de Estudos da Previdência, na FEBRABAN. Especialista em Macroeconomia; Banking; Estratégias e Controles Bancários Avançados. Professor – conferencista do IBMEC; da PUC – Pontifícia Universidade Católica; e da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro ([istvan@fgv.br](mailto:istvan@fgv.br) ; [istvan@acrefi.org.br](mailto:istvan@acrefi.org.br)). Telefone: 55 – 21 – 22637017.**